

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **RECURSO :**

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU

Referência:

Pregão Eletrônico nº 004/2022

Processo Licitatório nº 08389001400202170

Objeto: contratação de serviços continuados de vigilância armada patrimonial para a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, incluindo suas unidades descentralizadas em Foz do Iguaçu, Guairá e Cascavel - PR, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

A empresa IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 07.394.613/0001-08, com endereço a Av. João Paulo II, nº 1883, CEP: 85857-060, Jd. Panorama, Foz do Iguaçu - PR, com endereço eletrônico [licitacoes@iguasseg.com.br](mailto:licitacoes@iguasseg.com.br) onde deverão ser encaminhadas todas as intimações e informações que se fizerem necessárias, vem, perante Vossa Senhoria, por meio de seu advogado e bastante procurador, Helter de Oliveira, inscrito na OAB/PR sob o nº 110.224, amparada no dispositivo legal constante do Art. 4º, Inciso XVIII, da Lei 10.520/02, apresentar:

#### RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão da Pregoeira que aceitou a proposta da empresa EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA LTDA, e a declarou vencedora do certame, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos nesta peça de Razões Recursais.

#### I - DA TEMPESTIVIDADE

Sem quaisquer delongas, o prazo final consignado no sistema para registro das razões recursais restou marcado para o dia 09/08/2022.

Em assim sendo, tempestiva, portanto, a apresentação do presente recurso.

#### II – DOS FATOS

O presente certame, já anteriormente identificado em epígrafe, tinha data para abertura das propostas e início da sessão de disputa marcados para o dia 02 de agosto de 2022, o qual assim ocorreu, havendo a abertura das propostas para análise e classificação no referido dia.

Após a fase da disputa, o pregoeiro procedeu com a convocação da empresa EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA LTDA, primeira colocada no certame, que adiante passaremos a tratar somente como Recorrida.

A recorrida apresentou proposta contendo a cotação de intrajornada na razão de 30 minutos, sem justificar se pretende dispor de equipe reserva para realizar a substituição dos funcionários que poderão se ausentar para realizar almoço ou janta.

Assim, esta Recorrente, inconformada com a decisão da ilustre Pregoeira, não teve outra alternativa senão se insurgir da decisão que aceitou a proposta, habilitou e declarou como vencedora do certame a Recorrida, pois inobstante o instrumento convocatório e a legislação estabeleçam firmes regramentos que as proponentes devem seguir (sob pena, inclusive, de virem a receber sanções), ao que parece tais preceitos não foram observados.

Assim, apresenta-se as razões de recurso, pelos fundamentos que passa a expor.

## II - DOS FUNDAMENTOS:

### A.1) INTRAJORNADA – impossibilidade de vacância do posto durante o período intervalar

A respeito da intrajornada, percebe-se que a recorrida realizou o cálculo de apenas 30 minutos diários de indenização.

Inicialmente, convém frisar que o período de descanso/almoço é uma garantia prevista na CLT para trabalhadores urbanos e rurais, conforme inteligência do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo os empregados, em qualquer trabalho contínuo, que exceda 6 horas, o direito a 1 (UMA) HORA DE INTERVALO para repouso e alimentação, no mínimo. Vejamos:

“Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, NO MÍNIMO, DE 1 (UMA) HORA e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.”

A recorrida, no entanto, cotou apenas 30 minutos de indenização de intrajornada, amparada na cláusula trigésima quinta da convenção coletiva da categoria.

E os outros 30 minutos, que caso não indenizados, deverão ser usufruídos pelo funcionário, pretende fazer como a recorrida? Apenas deixar de pagar ao funcionário a sua 1 hora completa de almoço suprimida e indenizar somente 30 minutos?

Cumpra esclarecer que quanto à disposição contida na CCT, não se ignora a possibilidade de redução do horário de almoço de 1 hora para 30 minutos. Contudo, a interpretação adequada que a reforma trabalhista de 2017 trouxe, é no sentido de que 30 minutos possam ser reduzidos e 30 minutos sejam indenizados, naturalmente.

Simplesmente NÃO EXISTE essa lógica de diminuir o almoço em 30 minutos, indenizar somente este período e esquecer do restante do período que, se não indenizado, precisa ser tirado! A propósito, este tema é recorrente e CAMPEÃO em reclamações trabalhistas. A necessidade de usufruir dos outros 30 minutos de almoço fica claro pela disposição final do parágrafo único da cláusula trigésima quinta da CCT:

Parágrafo Único: Quando da indenização da supressão do intervalo aqui tratado deverá ser considerado o salário e o adicional de periculosidade, quando este for pago habitualmente, CERTO QUE O INTERVALO PODE SER USUFRUÍDO NO LOCAL DE TRABALHO E DEVERÁ ASSIM SER FEITO QUANDO DO TRABALHO CONSIDERADO EM HORÁRIO NOTURNO, PARA PRESERVAR A INCOLUMIDADE FÍSICA DO TRABALHADOR.

A lógica da CCT é possibilitar que o empregado tenha a possibilidade de usufruir dos 30 minutos restantes de sua 1 HORA POR DIREITO (art. 71 da CLT) no local de trabalho, caso haja acordo para redução de 1 hora para 30 minutos, a fim de que este não precise se ausentar para realizar refeições e acabar perdendo este curto período de tempo somente em deslocamento, que é o que certamente aconteceria e se buscou evitar.

Assim, sendo certo que será necessário que todos os colaboradores da recorrida realizem pelo menos 30 minutos de almoço, JÁ QUE ESTÁ LEVANDO EM CONTA EM SUA PROPOSTA E INDENIZANDO SOMENTE 30 e não 1 HORA COMPLETA, como seria o correto, não deveria a pregoeira aceitar a proposta sem qualquer justificativa por parte da recorrida no sentido de como pretende fazer para cobrir os postos durante esse período de vacância do funcionário. Ou será que pretende não cobrir e fazer o funcionário trabalhar durante este período? Perceba, administração, o risco de passivo trabalhista!

No mínimo, deverá ser realizada diligência no sentido de a Recorrida esclarecer se disporá de equipe reserva para realizar a substituição destes funcionários que poderão se ausentar do posto por 30 minutos, já que somente está calculando a indenização de intrajornada de 30 minutos e não 1 hora inteira, conforme é devido.

Desta forma, certo é que possuindo equipe reserva ou retificando as suas planilhas para cotar a 1 hora cheia, de direito do colaborador, pela supressão total de seu período de almoço, a recorrida DEVERÁ DEIXAR CLARO nas planilhas estes custos, quaisquer que sejam, sendo ABSOLUTAMENTE CERTO que isso será IMPOSSÍVEL, sem a majoração final do último lance dado, tornando a proposta inexecutável. Vejamos a disposição contida no item 8.4.4 do Edital:

8.4.4.1. Quando o licitante NÃO CONSEGUIR COMPROVAR QUE POSSUI OU POSSUIRÁ RECURSOS SUFICIENTES PARA EXECUTAR A CONTENTO O OBJETO, SERÁ CONSIDERADA INEXEQUÍVEL a proposta de preços ou menor lance que:

8.4.4.1.1 FOR INSUFICIENTE PARA A COBERTURA DOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO, apresente preços global ou unitários simbólicos, IRRISÓRIOS ou de valor zero, INCOMPATÍVEIS COM OS PREÇOS DOS INSUMOS E SALÁRIOS DE MERCADO, acrescidos dos respectivos encargos, AINDA QUE O ATO CONVOCATÓRIO DA LICITAÇÃO NÃO TENHA ESTABELECIDO LIMITES MÍNIMOS, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Apenas para facilitar a análise da administração, já que não raro a administração pública é induzida a erro pelo raciocínio equivocados da cláusula trigésima quinta da CCT da categoria dos vigilantes, segue resumo do entendimento da indenização da intrajornada em 1 hora cheia:

1. Na jornada 12x36h a escala de trabalho é realizada de forma ininterrupta, isto é, independente do funcionário que preste o serviço, o posto não pode ficar descoberto para período intervalar ou ausências de qualquer natureza por longos minutos;

2. Dentro da jornada 12x36h o funcionário tem direito a 1 hora de almoço, conforme clara disposição da Consolidação das Leis do Trabalho, art. 71;

3. Havendo a possibilidade de redução pela CCT da categoria, o período reduzido, logo de cara, deve ser

indenizado (no caso, como a CCT permite a redução de 1 hora para 30 minutos, só aí já se suprimiu 30 minutos, sendo este período indenizado) devendo os outros 30, neste caso serem usufruídos. Não o sendo, estará o empregador incorrendo em ILEGALIDADE, pois deveria indenizar a 1 hora completa. Simplesmente não foi esse raciocínio que a legislação trabalhista e a CCT trouxeram, de reduzir o horário intervalar de 1 hora para 30 minutos e o empregador indenizar somente 30 minutos, fingindo que não existe 30 minutos a serem NECESSARIAMENTE USUFRUÍDOS pelo empregado neste caso;

4. Considerando que o período de almoço é também um horário de descanso, em que o funcionário não fica a disposição do empregador, podendo inclusive sair do local de trabalho, caso assim deseje, e que a escala 12x36h é desenhada para ser realizada de forma ininterrupta, durante esse período intervalar de almoço, simplesmente o posto não pode ficar descoberto. Para contornar, é preciso que se indenize 1 hora cheia ou então que preveja o custo com almocistas/jantistas, que farão as vezes do titular durante os seus 30 minutos de intervalo, coisa que não ficou claro na proposta ou na justificativa da recorrida;

5. Caso a recorrida indenize somente 30 minutos e exija que os colaboradores permaneçam no posto durante 1 hora, sem indenizar a hora completa, como certamente fará ou então não realizar a cobertura por meio de equipe reserva (almocistas/jantistas) estará incorrendo em um severo passivo trabalhista.

Por fim, é evidente que a recorrida obteve muita vantagem quando da composição de seus custos, utilizando-se desta manobra e levando a comissão de licitação a erro, pois certamente não estão considerando o raciocínio acima elencado. Assim, restou prejudicada a isonomia, na medida em que os demais participantes, que consideraram na composição de seus custos os valores corretos, não tiveram chances de ofertar valor mais competitivo que a recorrida, que se não justificar qual a sua lógica, certamente conseguirá a façanha de arrematar o certame a custa de supressão de direitos trabalhistas.

### III – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer o conhecimento do recurso para que no mérito seja provido, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se, em consonância com os princípios acima, notadamente, por questão de inteira justiça, DESCLASSIFICADA a empresa EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA LTDA para prosseguir no pleito, tendo em vista todo o exaustivamente exposto acima.

Termos em que,  
Espera deferimento.

Foz do Iguaçu, em 9 de agosto de 2022.

IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA  
CNPJ 07.394.613/0001-08

Helter de Oliveira  
Representante Legal  
OAB/PR 110.224

**Fechar**